



2.ª COMISSÃO PERMANENTE

COMISSÃO DE ECONOMIA, TURISMO, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO e

7.ª COMISSÃO PERMANENTE

COMISSÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO

Relatório sobre a análise da situação da Baixa-Chiado

1. INTRODUÇÃO

Considerando o trabalho desenvolvido pela 2ª Comissão no acompanhamento da situação económica da cidade, deu-se conta que a zona da Baixa-Chiado é a zona da cidade com maiores problemas económicos durante esta pandemia de Covid-19. É uma zona com poucos habitantes e que o comércio vive quase na sua exclusividade do turismo ou de quem trabalha nesta zona da cidade, mas que neste momento a maioria se encontra em teletrabalho.

É preciso revitalizar a Baixa e trazer os lisboetas de novo a esta parte da cidade.

Assim, a 2ª e 7ª Comissões desenvolveram reuniões sob o assunto desta problemática para tentarem arranjar soluções imediatas para dinamizar a Baixa e tentar manter o comércio que ainda resiste.

Para além da audição a ADBP - Associação de Dinamização da Baixa Pombalina a 29 de janeiro de 2021, discutiram o assunto entre si a 9 de abril de 2021 e fizeram uma audição aos Presidentes de Junta da Misericórdia, Carla Madeira e ao Presidente de Junta de Santa Maria Maior, Miguel Coelho no dia 3 de maio de 2021.

2. REUNIÕES/ AUDIÇÕES

2.1. Audição da ADBP – Associação de Dinamização da Baixa Pombalina a 29 de janeiro de 2021

VASCO MELLO

Começou por referir que o que se está a passar na Baixa é muito grave, pois comparativamente com outros bairros da cidade de Lisboa o impacto é grande, pela falta de turistas. Nas suas palavras, 90% das receitas eram provenientes sobretudo de turistas e não chegou a haver recuperação no Verão.



A recessão já conduziu ao encerramento de 111 estabelecimentos na área da Baixa e, muito provavelmente, agora em janeiro de 2021, irá conduzir a mais encerramentos.

Entre abril e maio de 2020, após terem sido abordados por muitos dos seus associados, desenvolveram uma plataforma digital que se chama <https://baixachiadonline.com/>, uma ferramenta importante que permitiu fazer a digitalização do negócio e que teve um enorme sucesso. Neste momento a plataforma tem mais de 100 lojas online, incluindo pequenas e microempresas que não tinham qualquer experiência online.

Depois do confinamento fizeram algumas campanhas quer nas redes sociais, quer nos meios de comunicação social para que as pessoas viessem à área da Baixa. Infelizmente o sucesso foi relativo, ficando aquém da quantidade que desejavam. Isso traduziu-se na pouca rentabilidade dos estabelecimentos, o que os impede de fazer face às despesas que têm. Focou, também, que os estabelecimentos mais recentes sofrem mais do que os que os mais antigos. Naturalmente isso conduz a algum desespero por parte dos empresários que apostaram em ter as suas atividades na área da Baixa.

Quanto aos apoios dos diversos órgãos da administração central, os primeiros relativos ao lay-off simplificado, correram relativamente bem, apesar das dificuldades burocráticas. Depois houve alguns problemas no final do ano relativamente ao APOIAR: primeiro porque foi delimitado de forma excessiva o número de setores de atividades; por outro lado, o APOIAR RENDAS não incluía as médias empresas. Muitas das empresas na Baixa que já não são pequenas, mas médias empresas, viram-se confrontadas com zero apoios do Estado.

Deu como exemplo os sectores da moda, vestuário e do calçado. São sectores com mais dificuldades do que até a restauração, uma vez que numa fase de contração do consumo estes são os bens que os consumidores deixam de consumir primeiro. Por outro lado, verifica-se que são sectores que tem uma planificação dos seus stocks ao nível semestral e anual, pelo que no início de 2020 já teriam o stock adquirido. Tiveram de honrar os seus compromissos com as fábricas e não conseguindo escoar os produtos, implica um empate de capital muito grande.

Saudaram o programa de apoios da Câmara Municipal às atividades económicas na cidade de Lisboa lançado em dezembro. Curiosamente, em termos de atividades apoiadas, referem que abrange mais CAEs do que aqueles que estão no APOIAR. Porém, sabem que uma grande percentagem dos pedidos foram desta zona da cidade, mas as respostas não foram assim tão grandes quanto o número de pedidos. Como o valor do apoio do volume de negócios foi aumentado para um milhão de euros, provavelmente atingirá mais empresas. Consideraram correta a avaliação que foi feita pela Câmara Municipal de Lisboa e a sua decisão em aumentar o valor do volume de negócios pois, conseqüentemente, irá aumentar o número de beneficiários deste apoio. Referiu que duvida que ainda venha a tempo de salvar um número significativo de empresas, já que muitas delas tinham uma expectativa muito grande no final do ano passado, principalmente com os feriados e os fins de semana grandes do início de dezembro, expectativa essa que não se concretizou devido às medidas restritivas da circulação das pessoas. Existem muitos setores em que esses dias são tão importantes que serão os melhores dias do ano. Nesse período as empresas não conseguiram fazer vendas, pelo que teve



um impacto brutal, que se traduziu numa diminuição enorme de receitas em relação aos anos anteriores. Atualmente, as empresas já vêm muito fragilizadas do ano de 2020 e ficarão agora também sem receitas por mais uns meses, pelo que muitas irão fechar.

Informou os deputados municipais que hoje fizeram chegar ao primeiro-ministro e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa uma carta aberta no qual fazem uma série de sugestões que pretendem que sejam implementadas, sobretudo medidas de redução de custos para as empresas, que serão muito importantes. A referida Carta foi subscrita por cerca de 100 empresas da área geográfica da Baixa, um número extremamente significativo.

JOSÉ CARLOS CUSTÓDIO

Começou por explicar que esta zona da cidade tem que ser olhada e apoiada de forma distinta de todas as outras zonas. A zona da Baixa-Chiado tem este grave problema: não tem grande densidade habitacional, pelo que não conseguiram manter o comércio como os restantes bairros da cidade.

Deu o exemplo de uma farmacêutica na Rua da Prata que pondera fechar a farmácia, uma vez que as ruas sem turistas ficam desertas e não há habitantes.

Referiu que pertence a uma comissão na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e que a mesma perdeu desde as últimas eleições, para o ano corrente, cerca de 3 mil eleitores. E isto tem uma gravidade enorme para esta zona, porquanto ruas como Rua dos Fanqueiros, Rua da Prata, Rua do Ouro, Rossio e Praça da Figueira estão, atualmente, completamente desertas. Disse, ainda, que esta zona da cidade tem de ser olhada com um cuidado muito especial. Caso contrário vai ser muito difícil manter este comércio que acaba por ser um comércio de serviço a quem ali trabalha e a quem ali mora.

Repetiu que na altura do confinamento criaram a plataforma de vendas online, que lhes deu um trabalho imenso, mas que conseguiram reunir mais de cem empresas que aderiram a este projeto e que foi uma ferramenta que colocaram ao dispor das lojas.

Quando se deu a reabertura, tiveram que pensar no que poderiam fazer para ajudar esta massa empresarial da Baixa-Chiado. Então, criaram um programa, o “Coração de Lisboa”. Indo de rua a rua, arranjam uma empresa que desenvolvia algumas iniciativas e algumas parcerias no âmbito do digital, fotografaram e fizeram vídeos de promoção dessas lojas. Este foi um canal excepcional para ajudarem os públicos de Lisboa e a nível nacional a conhecerem muitas lojas que no passado ficavam muito escondidas por trás da sigla do turismo. Reuniram neste projeto cerca de 150 lojas: Rua do Carmo, Rua do Ouro, Rua Augusta, Rua da Prata, Rua dos Fanqueiros, Rua da Madalena, Praça da Figueira e Rossio. Procuraram envolver o máximo de lojas neste programa e aperceberam-se do quanto os empresários e grande parte deste comércio tradicional está neste momento a viver um verdadeiro desespero. Um desespero porque têm as ruas desertas. Nunca tiveram situações deste género e, portanto, estão a tentar adaptar-se, mas não havendo público morrem por completo.



Consideram que se nada for feito nos próximos tempos, teremos uma calamidade a nível empresarial na Baixa-Chiado.

Referiu que umas das coisas que poderia ajudar, nos próximos tempos, a trazer público para a Baixa, seria dar-lhes condições de acessibilidade. Ou seja, gratuidade nos parques de estacionamento até dezembro de 2021.

Outra das questões é a isenção da taxa municipal que está a ser aplicada na fatura da EPAL, porquanto o valor da fatura da água para as empresas é muito elevado. A isenção desta taxa seria, também, uma preciosa ajuda.

Outra situação que se tem colocado era, efetivamente, a isenção de taxas municipais sobre as esplanadas e ocupação de via pública, no mínimo, até o final de 2022.

Por último consideram que o acesso grátis a todos os museus da zona da Baixa-Chiado poderia trazer muita gente.

2.1.1 PERGUNTAS DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS

Concluída a exposição dos representantes da Associação de Dinamização da Baixa Pombalina (ADBP), o Senhor Presidente deu a palavra aos Deputados inscritos para colocarem as suas questões aos convidados:

Deputado Municipal José Moreno (PS)

Começou por dizer que o relato que lhes trouxeram é um relato trágico, mas terrivelmente verdadeiro. Disse que estava de acordo, que é preciso fazer-se alguma coisa. Referiu que todos sabem que o comércio da Baixa vive essencialmente do turismo neste momento, uma vez que a Baixa está despovoada.

Disse que neste momento é preciso que haja ali âncoras que chamem o público, para além daqueles incentivos que referiram, nomeadamente a questão do estacionamento. Tornar esse estacionamento senão gratuito, pelo menos com preços mais razoáveis. Do seu ponto de vista, julga ser preciso mais do que isso, porque vivemos aqui um drama terrível.

Referiu que acha que o comércio da Baixa presta um serviço à cidade. Disse, mesmo, considerar o comércio da baixa estratégico para a cidade e para o país, atento o elevado número de turistas que o frequentam, com os inerentes reflexos na economia. Uma zona desabitada, sem lojas, com um certo ar de abandono, pelo menos do ponto de vista da existência de vida, naquela zona da cidade, não atrairia turistas. Disse que é preciso olhar para os problemas da Baixa com diferenciação, uma vez que não tem qualquer comparação com as outras zonas da cidade.

Quanto à percentagem da dependência do comércio relativamente ao turismo questionou se teria percebido bem os 99%.

Referiu que todos, certamente, o acompanharão ao afirmar que a situação que se verifica na Baixa é muito grave e que é preciso ajudar muito rapidamente a atividade económica que ali se desenvolve para que se salvem a maioria das empresas que ainda não fecharam.

Deputada Municipal Isabel Pires (BE)

Começou por dizer que há uma reflexão que tem de ser feita não tanto de curto ou médio prazo, mas mais a longo prazo, ou seja, o problema específico da Baixa da cidade de Lisboa. Este problema tem a ver exatamente com o facto de ser uma zona muito mais desabitada, muitíssimo dependente da atividade turística e a partir daí as suas ramificações. Da parte do Bloco de Esquerda têm vindo a questionar há vários anos esta opção de termos aqui determinadas zonas muito dependentes do turismo e numa situação como aquela em que nós infelizmente vivemos, obviamente que as atividades económicas ficam numa situação extremamente complicada. Disse justificar-se pensar, também, no longo prazo através de um debate ou discussão de fundo, relativamente ao modelo económico, que se quer para a cidade e nomeadamente para esta zona; que outras formas é que têm pensadas para ajudar não só os comerciantes desta zona, os associados, quem tenha atividade económica, para evitar exatamente esta alta dependência que depois numa situação pandémica, traz dificuldades muito grandes.

Referiu que se se fala tanto que é necessário trazer pessoas para o centro da cidade, então também é preciso que exista uma outra série de políticas que estejam por detrás disto, de habitação, de arrendamentos, inclusivamente que permitam efetivamente às pessoas habitar os locais. O facto de termos uma zona da cidade tão dependente da atividade turística e tão vazia de habitantes traz estes problemas. Questionou como é que no futuro poderemos reequacionar este modelo e de que forma é que consideram que pode haver políticas que ajudem a colmatar esta situação.

Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)

Referiu que gostou muito de os ouvir e pensa que trouxeram aqui uma nova questão para pensarmos todos em conjunto, que é a gentrificação dos Centros Históricos. Esta consequência no próprio comércio e que só se notou quando terminou o turismo, pois enquanto houve turismo não se deu por isso, as pessoas circulavam e faziam compras. O caso que se apontou da farmácia é paradigmático; neste momento não há ninguém na Baixa, nem sequer quem lá trabalha, pois estão confinadas e não existem habitantes nesse território. Por conseguinte é o deserto completo e isso realmente traz consequências gravíssimas.

Referiu que gostou bastante da ideia de relacionar o património com o comércio. De facto, a Baixa é um sítio fantástico, tem não só museus como igrejas muito importantes, o museu do Chiado, o São



Carlos que muitas vezes fazem espetáculos no átrio, no largo, tem a Misericórdia e os seus museus, a Igreja de São Roque, o Bairro Alto. Todo este conjunto pode ser um complemento importante, i. é, a cultura pode ajudar o comércio e o comércio ajudar a cultura.

Disse que há uns anos houve uma ideia de usar o elétrico 24 da Carris, que começa no Cais do Sodré e acaba em Campolide, servindo imensos museus de Lisboa desde a Escola Politécnica, ao Rato, Faculdade de Ciências, passando pela Fundação Vieira da Silva. Poder-se-ia criar uma associação entre o comércio da Baixa e o elétrico.

Lembrou que não se pode estar à espera de que tenhamos os parques de estacionamento gratuitos, além de que se está a tentar desviar o trânsito do centro da cidade por causa da poluição e não podemos cair nestas contradições. A utilização dos transportes públicos e neste caso, transportes leves como o elétrico que serve a Baixa Pombalina pode ser viável. Deu exemplo de se poder fazer um passe em que compras feitas na Baixa, o bilhete do elétrico ou do metro fosse gratuito, ajudando assim a não trazer mais automóveis para o centro. Embora compreenda que seja mais cómodo o automóvel, existe um futuro depois da pandemia e temos de salvaguardar também isso.

Questionou se fizeram uma avaliação dos resultados das compras online das lojas que aderiram à plataforma e se fizeram a avaliação custo-benefício.

Deputado Municipal Fernando Correia (PCP)

Referiu que foi muito interessante esta informação que trouxeram, uma vez que, de facto, o problema da Baixa é um problema mais grave que outra parte da cidade. Disse que foi muitos anos cliente da Baixa, como muitos outros alfacinhas. A Baixa acabou não só por expulsar quem lá residia como também, em determinado momento, por expulsar quem lá comprava. Por algumas razões que já referiram, a dificuldade de lá chegar, o preço do estacionamento, o excesso de turistas, o próprio custo de alguns serviços de restauração, uma vez que os preços duplicaram ou triplicaram chegando ao nível de algumas capitais europeias com rendimentos muito superiores aos nossos e, portanto, isto foi afastando os portugueses da Baixa.

Pensa que a pandemia veio por isto a nu, e que provavelmente aconteceria o mesmo com uma crise económica. Refletiu que o futuro, não será um futuro imediato, pois no imediato são precisos apoios, mas que o futuro também pode trazer oportunidades à Baixa não só pelo que os antecessores disseram, mas também porque é um grande centro comercial a céu aberto. As pessoas no futuro provavelmente vão preferir comprar num espaço a céu aberto, com a loja com a porta para a rua do que voltar às grandes superfícies porque esta pandemia vai deixar, seguramente, marcas que são mais negativas que positivas.

Questionou se mesmo com todas as limitações à circulação automóvel que sabemos que têm que existir, se acham que a criação de uma zona zero na Baixa é compatível com a recuperação do comércio da Baixa.

Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS)

Agradeceu a partilha de informação sempre muito útil e pelas sugestões que deram. Disse que de facto quem está no terreno e conhece bem as dificuldades que estão a ser sentidas é que sabe como todas estas questões podem ser ultrapassadas da melhor forma.

Referiu que, segundo a exposição que fizeram, referiram que muitas destas lojas, no fundo, são direcionadas para o turismo e os produtos que vendem, na realidade, se calhar, não são assim tão apetecíveis para o lisboeta. São focadas para o turista com as t-shirts de Lisboa e os ímanes para pôr no frigorífico, um conjunto de produtos que para o turista é muito apetecível e para o lisboeta não tanto, portanto, questionou se essas lojas não deveriam equacionar transformar-se dando uma nova viabilidade e sustentabilidade, uma vez que não se prevê que o turismo venha a ser retomado tão depressa quanto isso ou se aquilo que faz sentido é criar mais apoios específicos para que este tipo de lojas se aguarde até que a pandemia passe e o turismo volte a estar na nossa cidade.

Questionou qual é a visão que têm e o que faria sentido para podermos proteger a zona da Baixa, mantendo aquilo que é o que nós conhecemos, ter um bocadinho de tudo e estabelecer aquilo que é a componente histórica da nossa cidade.

Depois, uma vez que na Baixa quase todo o comércio está muito assente na componente turística, como é que podemos, como cidade, apostar e reforçar na confiança daquilo que é viver e fazer comércio na nossa cidade. Questionou como se atraem turistas, mas também, como se atraem os nossos cidadãos.

Disse que a confiança é fundamental e devido aos constrangimentos já mencionados só se vai à Baixa por fatores diferenciadores. Então, questionou o que é possível criar como fatores de diferenciação nesta zona da cidade para atrair, quer pela confiança, quer por outra coisa que tenham em mente para no fundo atrair mais pessoas. No fundo, além dos incentivos que referiram.

Por último ouviu também com muito agrado, confessou, tudo aquilo que fizeram relativamente à plataforma online que criaram e à quantidade de empresas que aderiram a essa mesma plataforma. No entanto, referiu que tem ouvido e que tem lido, que muitas vezes há muita resistência e dificuldade por parte do lojista e dos comerciantes em fazer esta transição do comércio tradicional para o comércio online. Questionou, então, quais foram os maiores desafios que sentiram destas empresas que fizeram esta transição.

Presidente da 2ª Comissão, Rui Paulo Figueiredo (PS)

Começou por saudar as diferentes iniciativas que foram feitas, o que prova bem aquilo que têm conversado na comissão; que as melhores respostas a esta situação serão verdadeiramente uma



parceria entre todos os agentes públicos e todos os agentes privados, nomeadamente aqueles que estão no terreno. Referiu que para a Baixa ter futuro é preciso que tenha presente.

Frisou que lhe parecem bastante interessantes as duas ideias principais que colocaram: uma espécie de exceção ao Programa Especial de Revitalização da Baixa, assim como um programa conjugado com um discurso de articulação com todos os aspetos culturais, patrimoniais e históricos e com o objetivo de trazer pessoas para a Baixa.

Disse que tomou nota de todas as ideias e que poderão enviar também um documento com mais ideias sobre o que é que podia ser este programa especial da Baixa, bem como a carta aberta que escreveram ao primeiro-ministro e ao Presidente da Câmara de Lisboa.

Questionou se dos 111 estabelecimentos encerrados têm dados sobre quais os setores mais afetados ou se será transversal a todos.

No que toca aos apoios às associações, questionou se já fizeram diligências ou se já fizeram algum tipo de pedido de apoio quer à freguesia quer à Câmara Municipal e se obtiveram resposta ou não.

No que toca aos apoios dados às empresas, tendo sido referido que muitos tiveram resposta negativa, perguntou se sabiam as razões: se seria por não terem sede no concelho de Lisboa; se tinha a ver com o volume de negócios; se há problemas relacionados com dívidas à Autoridade Tributária ou à Segurança Social ou se há algum tipo de burocracia.

A propósito da pergunta que foi feita sobre a zona zero referiu que acha que talvez se consiga conjugar o lado da mobilidade e sustentabilidade com o lado da economia, tentando compatibilizar isso, diminuindo a carga negativa com uma solução que possa ao mesmo tempo diminuir os custos de contexto e a despesa daquilo que são as empresas e o comércio e toda a atividade do canal Horeca instalado na Baixa. Acha que se conseguiria diminuir muito o abastecimento logístico à cidade no número de veículos e modificar o tipo de veículos que dão entrada na baixa sem diminuir o abastecimento e ao mesmo tempo montar aqui uma operação que permitisse pelo seu efeito fiscal diminuir os custos de contexto com o abastecimento a todo o comércio e a todas as empresas que estão instaladas na Baixa. Atingiam-se os objetivos ambientais, mas com ganhos económicos para o tecido empresarial da Baixa em vez de como muitos temiam ou como se calhar a proposta estava desenhada há um ano atrás com algum aumento de custos de contexto.

2.1.2. RESPOSTAS DA ADPB

Quanto à percentagem de dependência das atividades económicas na baixa pelo turismo, referiram que seria entre 80 a 90%. Poderá haver muitos setores que podem estar aparentemente dirigidos só para o mercado nacional, como por exemplo a moda e o calçado, mas a conclusão a que chegaram ao falar com as empresas é que muitas delas, hoje em dia, faturam muito menos na Baixa do que noutras localizações na cidade.



Referiram que em 2007/2008, quando o primeiro-ministro foi Presidente da Câmara, já se conversava sobre a diminuição da população de Lisboa e da necessidade de se reabitar a cidade e o seu centro. A Baixa nos últimos anos tem sofrido ainda mais a diminuição da sua população.

Relembrou que o centro do Porto foi reabilitado, mas mantiveram o Bolhão enquanto na Baixa de Lisboa perdeu-se o mercado da Praça da Figueira, diminuindo ainda mais o volume de pessoas que por ali passam.

A alteração do uso dos prédios da Baixa também não ajudou, pois passaram de Hotéis a escritórios e depois até os escritórios se foram embora pelo que esses habitantes transitórios também saíram. Recordou que o estudo da vereadora Maria José Nogueira Pinto também já foi feito em 2004 e 2005, portanto, teremos de pensar e chegar a uma solução que seja duradoura.

Quanto à questão colocada pela Deputada Simonetta Luz Afonso, consideraram uma boa ideia a do elétrico 24.

Explicaram que, desde a década de 90 do século passado, a Baixa tem sido confrontada com novos polos comerciais em Lisboa. Foram surgindo as Amoreiras, o Colombo e depois o Vasco da Gama. Curiosamente todos são muitíssimo bem servidos por transportes públicos, quer o Colombo, quer o Vasco da Gama, mas a verdade é que o consumidor chega principalmente a esses pontos comerciais através de veículos automóveis. A emergência climática tem que ser um desígnio. Não pode ser só para o centro da cidade. Tem que ser um desígnio para a própria cidade e, portanto, todos temos que fazer um esforço para que esses meios alternativos sejam utilizados pelos consumidores.

Sobre a questão colocada pelo deputado Fernando Correia sobre a expulsão dos consumidores da Baixa, é verdade que os valores eram elevados em termos de restauração e pastelaria. Essas atividades económicas adaptaram-se também ao mercado e àquilo que eram as novas oportunidades. Têm a perfeita noção dessa crítica, que o próprio consumidor português por diversas opções se sentiu um pouco expulso. Por outro lado, disse que o deputado tinha razão ao afirmar que a Baixa é um centro comercial a céu aberto. Uma das expectativas que tinham no pós-confinamento era verificar se haveria uma maior adesão da população, uma vez que iriam preferir o comércio de rua aos centros comerciais. Informou que nos meses de novembro e Dezembro, nos inquéritos que a Associação Nacional de Marcas de retalho fez, as maiores dificuldades situavam-se nas lojas de rua e não nas dos centros comerciais. O que achou que era claramente algo estranho face à perceção que todos tinham da atitude do consumidor face à pandemia. O centro comercial a céu aberto é uma questão discutida há muitos anos, inclusivamente já foram feitas algumas tentativas na Baixa, nomeadamente com a criação da Agência da Baixa-Chiado, mas, infelizmente, não foram bem-sucedidos. No futuro poderá ser novamente desenvolvida alguma campanha nesse âmbito.

Quanto à criação de uma zona zero e compatibilidade com a recuperação da Baixa, disseram que é preciso arranjar um modelo que consiga conjugar os diversos interesses.

Quanto à diminuição dos custos de contexto referida pelo Presidente da Comissão, disseram que há uns anos se falou num centro logístico na Baixa. No entanto, não se pode criar um mono novo de uma



empresa municipal que requer muitos custos e depois esses custos serem sempre imputados aos mesmos, que são os comerciantes.

Quanto à plataforma deram soluções de pagamento e formações, mas não quiseram estar por dentro da questão logística ou de receita, pelo que não sabem se as empresas fazem muita receita ou não. Transmitiram que foi uma iniciativa muito interessante porque não esperavam tanta adesão, inclusivamente de pequenas empresas. Deram o exemplo de uma empresa que é especializada no comércio de tudo aquilo que tem a ver com uniformes militares e policiais, uma empresa bastante antiga, uma loja com história, que não tinha experiência de procedimento nenhum com o comércio digital e que quis aderir à plataforma e com o auxílio da associação conseguiu arranjar uma solução chave na mão, quer para fazer as suas vendas, quer para personalizar os seus pagamentos e para fazer a sua logística.

Quanto à atratividade da Baixa para os consumidores nacionais, julgam que existem muitas lojas tradicionais na zona da Baixa que são atrativas para os consumidores nacionais.

Relativamente à confiança dos consumidores nacionais e consumidores internacionais, consideram que se conseguirmos manter os níveis de segurança em termos pandémicos e de segurança física, que Portugal sempre foi conhecido como tal, irão conseguir trazer atratividade e confiança para que os consumidores venham à Baixa.

Por último, no âmbito das perguntas colocadas pelo deputado Rui Paulo Figueiredo relativamente aos setores mais atingidos, referiram que foram o setor da restauração e o da hotelaria, pois são setores com uma forte dependência dos consumidores estrangeiros. Aqueles que têm menos resistência e menos resiliência nesta crise, obviamente, serão as empresas mais recentes, pelos custos de contexto serem mais elevados, nomeadamente as rendas.

Relativamente aos problemas com a Câmara Municipal de Lisboa, o que lhes tem sido apontado como fatores inibidores que levam a que a Câmara não lhes dê apoio, são por exemplo a questão de não terem a sede em Lisboa e sim no seu domicílio. No entanto o pagamento da derrama é segundo o local onde existem estabelecimentos de empresa, e, portanto, se a empresa tem um estabelecimento na cidade de Lisboa paga à Câmara Municipal de Lisboa. Referiu que não acha justo que se pague impostos na cidade e depois não se possa requerer apoios, pela morada da sede ser noutra município. Neste momento, têm alguma esperança, que com este aumento significativo dos apoios, mais empresas sejam abrangidas.

No que toca à plataforma, procuraram que o seu parceiro informático desse um auxílio muito importante, principalmente às lojas históricas, pois algumas delas tinham muitas dificuldades na informatização do seu negócio e efetivamente durante o confinamento houve muita procura na plataforma online. Quando as lojas abriram, a plataforma deixou de ser tão procurada, mas de certa maneira todas estas lojas que aderiram à plataforma, a maior parte delas, tiveram sucesso e manifestaram que existiam algumas vendas online neste circuito.

Em relação àquilo que a deputada Maria Luísa Aldim referiu, sobre aquilo que predomina muito na Baixa, que são as lojas de gifts, disse que efetivamente é um problema, e deixa isso à consideração dos respetivos lojistas, porque muitas vezes estas lojas até servem de espaço comercial e de habitação e a câmara municipal tem que rever isto no futuro.

Relataram que têm estado em contato com o Vereador Miguel Gaspar, pedindo apoios sempre que possível. Fizeram-no, nomeadamente, aquando da plataforma. Também têm apresentado ideias à Vereadora da Cultura e ao Vereador Miguel Gaspar, para aproveitamento do espaço público, promovendo iniciativas culturais neste circuito de forma a captar público a vir à Baixa, aguardando as respostas e os devidos apoios.

2.1.3 – Recomendações

Da exposição dos representantes da Associação de Dinamização da Baixa Pombalina (ADBP), das suas respostas às perguntas dos Deputados Municipais e da Carta Aberta que dirigiram ao Governo e à Câmara Municipal de Lisboa, que se anexa e faz parte integrante do presente Relatório, conclui-se, em síntese:

- a) que zona da Baixa-Chiado, pela sua baixa densidade populacional e pela sua alta dependência do turismo, está a sofrer mais com esta recessão, decorrente da Pandemia em curso, do que outros bairros de Lisboa, o que deverá ser tido em conta quer pelos órgãos do estado quer pelos da Câmara Municipal de Lisboa e Juntas de Freguesia, nos apoios extraordinários que têm sido e continuam a ser criados à economia do país e/ou da cidade;
- b) ser aconselhável pensar-se em formas de trazer, de novo, os lisboetas à Baixa, bem como repensar o repovoamento sustentável desta zona da cidade, para minimizar a sua dependência do turismo, sob pena de muitas lojas fecharem a muito curto ou médio prazo.

2.2. Reunião conjunta da 2ª e 7ª Comissão no dia 9 de abril de 2021

A Presidente da 7ª comissão, Simonetta Luz Afonso, iniciou o seu discurso introduzindo o tema, informando os deputados a situação dramática em que a zona da Baixa se encontra e que por isso devemos debruçarmo-nos no assunto e fazer recomendações específicas.

Para além das duas recomendações elaboradas no 1º Relatório de acompanhamento da situação económica da cidade poderiam surgir outras em que se recomende à CML que promova uma campanha de atração de pessoas conjugando a cultura e o comércio, seja em espetáculos de ópera, teatro, quer em

visitas ao património. Por outro lado, sugeriu que poderia ser conjugado quer pelo elétrico quer pelo metro.

A **deputada Ana Gaspar (IND)** suscitou que poderá haver hipótese dos residentes da Baixa poderem fazer uma comissão de moradores, ainda que não sejam minimamente suficientes para sustentar o comércio local. Referiu que talvez fosse uma solução um programa de habitação a custos controlados para a zona, bem como uma campanha de “Vamos voltar à Baixa” do género do que se faz em Bruxelas com pequenos eventos que chamem as pessoas.

A **deputada Isabel Pires (BE)** reforçou a ideia de promover a Baixa para que as pessoas de Lisboa voltem a visitar a zona, lembrando que existem transportes públicos muito bons e podem fazê-lo de forma mais sustentável. Referiu que tem de haver uma reflexão muito mais profunda que não tem uma solução imediata que tem a ver com o facto de já antes da pandemia aquela zona estar muito dependente do turismo e dos trabalhadores e ser preciso perceber a composição social dos atuais moradores, uma vez que uma pessoa com o salário médio nunca conseguiria viver na Baixa. Disse que o grande debate é a questão da habitação, o tipo de construção de cidade e escolhas políticas que se fazem para, do ponto de vista económico, o que se quer da Baixa da cidade. Questionou como se reverte o que foi feito nos últimos anos para tornar a cidade mais resiliente como um todo.

O **Deputado Rui Costa (IND)** informou os deputados que estava precisamente na Baixa e que o cenário, é de facto, desolador, as ruas estão desertas. Disse que concorda com a proposta da presidente, no entanto entende que este não é o momento de desenhar grandes estratégias para a Baixa, uma vez que estamos em vésperas de período eleitoral e julga que poderia poluir o debate e uma solução imediata para a Baixa com considerações como a Sra. deputada Isabel Pires teceu, que até subscreve. Julga muito pertinente envolver os Presidentes de Santa Maria Maior e da Misericórdia. Acrescentou que lhe agrada a solução da Presidente da Comissão e, portanto, acrescentava apenas a possibilidade de dinamizar a Baixa com atividades culturais ao ar livre, nada que envolva grandes aglomerados de público, mas talvez algo sob a égide da EGEAC ou da direção de cultura que devolvesse os artistas de rua à Baixa e outras valências culturais, fomentando a circulação. Ressuscitando um pouco da normalidade.

O **deputado José Moreno (PS)** disse que a Baixa vive um drama muito grande, para além de ser a sala de visitas da capital é bastante importante para o país. Referiu que infelizmente a questão da habitação vai demorar bastante tempo a conseguir-se uma solução e que a Baixa continua a depender muito do Turismo, pelo que temos de enveredar pelas soluções mais rápidas para tentar salvar o comércio.

Concorda com as propostas da sra. Presidente Simonetta Luz Afonso, tentar ver o que vai acontecer com a habitação na baixa, nomeadamente as casas de alojamento local e a animação de rua pode ser uma boa ideia para causar mais impacto imediato.

O **deputado João Valente Pires (PS)** começa por dizer que é um privilegiado pois mora na zona de fronteira da Baixa e que faz a sua vida na Baixa. Referiu que passou por todos os momentos, quando a Baixa estava deserta, depois com o boom do Turismo e agora vazia novamente. Recordou o Grupo de Revitalização da Baixa com a Dra. Maria José Nogueira Pinto e o Arq. Manuel Salgado em 2006 onde algumas dessas ideias foram implementadas quando o Manuel Salgado chegou a Vereador. Passados estes anos se calhar fazia sentido organizar-se um grupo de reflexão sobre a Baixa para se decidir o que se quer da Baixa nos próximos 20/30/40 anos e que possam sair ideias para servir de auxílio para os próximos executivos.

Disse que acha que não devem viver mais de 20 famílias na Baixa, e, portanto, é muito difícil dar a volta a esta situação, por um lado há a questão comercial e quem tem as casas quer rentabilizá-las e por outro lado a cidade precisa de gente a morar ali, mas que neste momento o m² está a preços exorbitantes.

Ainda existem edifícios na Baixa que talvez pudessem servir para residências universitários, que por um lado traria habitantes para a Baixa e por outro lado os estudantes darem vida à Baixa fora do horário normal. No que toca à Renda acessível, não sabe até que ponto é possível, tendo em atenção o enquadramento económico poderá ser difícil.

Quanto à questão cultural, subscreveu o que a presidente disse, pois pode-se trazer pessoas a visitar a Baixa, quer pelo comércio, quer pela restauração, pelo passeio ou quer pelos movimentos culturais, visitando museus, teatros, concertos etc.

Reiterou que o melhor mesmo é ser criado um grupo de trabalho onde junte a junta de freguesia, a câmara, os comerciantes, moradores e os operadores culturais, para se encontrar soluções para o futuro.

A **deputada Aline Beauvink (PPM)** começou por dizer que todos estamos de acordo quanto aos diagnósticos dos problemas da Baixa e também na sugestão de alguns eventos e possibilidades para se reativar aquela zona. Não concorda com o deputado Rui Costa, porque mesmo em época de eleições temos a obrigação de fazer os possíveis para reativar aquela zona. Julga que a EGEAC deveria de fazer uma campanha com um slogan “Viva a Baixa” no sentido de vivência. O como, deveria ser feito um *Brainstorming* com a EGEAC uma vez que a oferta cultural é fundamental para trazer pessoas para a



cidade. Aproveitar que já estamos na primavera e aproveitar a luz de Lisboa e o bom tempo para trazer as pessoas para o centro.

Disse que já foi falado do problema da dependência do Turismo e já se sabia que mais cedo ou mais tarde este problema ia acontecer que a Baixa iria sofrer com isso. Exclamou que temos de arranjar forma de dar a volta a isto.

Quanto à habitação talvez se consiga, havendo sinergias entre a câmara e os proprietários ou revertendo o escasso património que o estado ainda tem com rendas controladas. Por exemplo rendas menores por períodos mais curtos. Disse que a ideia do deputado João Valente das residências universitárias seria excelente.

A nível de mobilidade, talvez incentivar com a conjugação de redução de preço nos parques de estacionamento e talvez a reavaliação nas taxas de saneamento cobradas aos comerciantes.

Disse que uma campanha que crie sinergias entre estas áreas, conjugá-las numa campanha de ativação da baixa era fundamental.

Termina dizendo que infelizmente não vai haver as festas da cidade, que era algo que os bairros precisavam, e vamos ter de tentar compensar isso com outras ideias.

O **deputado Manuel Lage (PS)** concorda que estando perto do período eleitoral, não se pode cair na tentação óbvia de embrenhar no espírito pré-eleitoral. Disse que a situação da Baixa tem anos, que não está às mil maravilhas, já teve dias melhores, mas que agora devido à pandemia se encontra como está. Tem a ver com a opção política que foi seguida na baixa, que teve bons resultados, houve foi uma pandemia que nos fez estar assim. Dizer que já se esperava que isto acontecesse é campanha eleitoral. Agora ou queremos ajudar e ser uma parte útil e parte da solução da baixa e o PS obviamente que acha que há aspetos que podem ser melhorados, no entanto a baixa não está com dificuldades de povoamento há 14 anos, está há muitos mais anos e todos por aqui passaram.

A Presidente da 7ª Comissão lembrou que o que se pretende é recomendações concretas para o presente para que a baixa não morra.

A **deputada Ana Mateus (PSD)**, começou por dizer que temos de distinguir duas zonas a zona Martim Moniz e a zona da Baixa, uma vez que por exemplo o Martim Moniz não tem falta de população quer de semana quer ao fim de semana. Julga que se tem de organizar o espaço público dos lisboetas e não tanto



do turismo. Em termos de turismo talvez se focar no turismo de negócio, talvez instalar sedes de empresas nessa zona, talvez chamasse mais pessoas. Disse que era uma boa ideia reorganizar-se o espaço público para os lisboetas, desde a cultura, a própria gastronomia e até o desporto, na rua, ao ar livre. No que toca à habitação é apostar no povoamento.

O **Deputado Fernando Correia (PCP)** começou por dizer que concorda com a maioria das coisas que já foram ditas, acrescentando que na maioria dos casos os lisboetas já tinham deixado de ir à baixa, quer por estar cheia de turistas quer pelos preços estarem muito inflacionados, quer pelas lojas antigas terem desaparecido, pelos parques de estacionamento serem muito caros e, portanto, as pessoas foram-se afastando da baixa.

Disse que neste momento a baixa tem uma grande mais-valia, é um grande centro comercial a céu aberto, uma vez que os centros comerciais estão fechados, batendo toda a concorrência. Se houver alguma animação, uma campanha nesse sentido, alguma moderação nos preços, pode ser que os alfacinhas redescubram e voltem à Baixa.

Vai ter de haver uma grande adaptação da parte dos comerciantes para atrair os lisboetas. Uma vez que não se tem dúvidas que daqui a uns tempos quando o turismo voltar a Baixa não terá problemas de recuperação.

A **deputada Virgínia Estorninho (PSD)** referiu que trabalhou durante 45 anos na Baixa, que assistiu ao seu declínio, quando as grandes empresas começaram a sair e depois quando os cruzeiros trouxeram os turistas e tudo ficou mais caro. Julga que as residências universitárias seriam uma coisa interessante e que também trazer grandes empresas, procurar que a Baixa volte a ser um centro como antigamente.

O **deputado Sobreda Antunes (PEV)** concorda com o que foi dito pelo deputado Manuel Lage que este problema tem anos e retomou o tema já abordado pelo deputado João Valente Pires, em que em março 2006 a CML aprovou uma proposta para a criação de um comissariado que iria promover projeto e publicou esse estudo para a revitalização da Baixa-Chiado. Ou seja, o que quis dizer é que não poderia voltar ao início de um estudo e projeto que já começou em 2006. A 3ª Comissão recebeu o Comissariado e fez um relatório, com um conjunto de recomendações em novembro de 2006. Referiu que o que estamos aqui hoje a discutir é tentar recuperar algum do trabalho que já tenha sido feito antes, ou seja defendeu que seja recriado um comissariado e que sejam ouvidas personalidades ligadas a tudo isto por exemplo o Arq. Manuel Salgado. Relembrou que a Baixa-Chiado foi então designada de ACRU, uma área crítica de reabilitação urbanística. Considera que é extremamente factual emitir-se meia dúzia de

recomendações sobre Turismo, Habitação etc., e acha que não, acha que tem de haver um plano integrado, uma estrutura com uma visão de conjunto para uma revitalização que não seja de apenas de acompanhamento da situação económica relativo à zona da Baixa-Chiado que acha extremamente limitada.

A **deputada Carla Madeira (PS)** disse que seria importante ouvir-se o Presidente de Junta de Santa Maria Maior uma vez que apanha a maior parte da Baixa-Chiado e a sua Freguesia, a da Misericórdia, só apanha um pouco do Chiado. Começou então por dizer que, como já tinha sido dito a desertificação da baixa já começou há muitos anos, e julga ser bom falar-se sobre o assunto porque o centro da cidade não é a Baixa. Relembrou que há uns anos quando lutaram contra a lei do arrendamento que estava em vigor e que defenderam uma regulamentação para o alojamento local, que foi uma batalha difícil como a maioria sabe. Disse que ela com o presidente da Misericórdia, o presidente de Santa Maria Maior e a Presidente de São Vicente, os autarcas do centro da cidade, estavam sozinhos e houve quem os olhasse como os “arautos da desgraça que querem acabar com o Turismo e que querem voltar aos tempos do antigamente” e uma das frases recorrentes era: “Qual era a novidade, uma vez que a Baixa está a perder moradores há décadas!” e nessa altura tinha de se explicar sucessivamente que a Baixa não era o Centro da cidade, ou seja não era Alfama, a Bica o Bairro Alto e portanto a Baixa efetivamente começou a ter uma função de serviços e comerciais mas toda a zona envolvente não. Com a questão do Turismo a Baixa dinamizou e as lojas envolventes também. Os comerciantes antigos e os mais recentes, começaram a alargar os horários, uma vez que os que praticavam não eram compatíveis com os horários laborais das pessoas. Referiu que não foi à toa que a CML criou o programa das lojas com história, uma vez que a lei do arrendamento começou a despejar toda a gente, fosse morador ou comerciantes, as rendas começaram a ficar no absurdo que são hoje. O comércio começou a ficar muito virado para o turismo e muito pouco para os nacionais. Foi o livre mercado a funcionar. Entretanto a Lei foi alterada, o regulamento do alojamento local implementado, mas de facto aqueles anos, o livre mercado a funcionar, virou muito aquele comércio para o turismo. Numa situação de pandemia é o que vemos hoje.

Referiu que não podemos desligar-nos do passado e que os autarcas são tão vítimas como todas as pessoas que estavam no centro da cidade pois foi o mercado a funcionar. Alegou que é das pessoas que acha que o mercado deve estar regulado. Disse que cabe agora à comissão fazer algumas recomendações sabendo que pode não valer de muito, mas que é a nossa opinião.

Quanto ao programa da Renda Segura que a CML lançou, não está a ter a adesão que se esperava, a grande maioria dos proprietários de alojamento local prefere não alugar as suas casas, esperando que o

turismo regresse em breve. O que reivindicam são apoios e não querem fazer arrendamentos de longa duração. Já se ouviu que se poderia dar apoios para arrendamento de curta duração, no entanto uma família não pode planear a sua vida a um ano.

Quanto ao programa referido pelo Deputado Sobreda Antunes, julga que se pode recuperar algumas ideias, no entanto lembra-se que o plano foi muito criticado porque uma das coisas que tinha era que na Baixa não se poderia vender café por menos de 2€, quem defendia aquele plano defendia que a Baixa tinha de ser uma zona de Elite e isto ainda antes do Boom do Turismo. O Plano acabou por ir caindo, não só porque os acontecimentos acabaram por ultrapassá-lo, como também as pessoas não se identificavam com muitas coisas que estavam lá. E uma Baixa com o Café a 2€ em 2006 e agora estaria a 3 ou 4€ não é uma Baixa para os Lisboaetas como aquilo que defendemos.

Termina dizendo que temos de fazer recomendações, estando conscientes que o nosso poder de implementação é reduzido, porque não temos poder para intervir na propriedade privada e no mercado. Podemos sim propor incentivos para o comércio que achemos desejável e ambicionamos para a Baixa. Por último referiu que o principal problema em que se deixou de ter “mão” no comércio foi o licenciamento zero, o que retirou às câmaras o mecanismo do licenciamento e o poder de decisão sobre que comércio se instala em cada zona. E por isso, propôs que se recomendasse o fim do Licenciamento Zero no centro da cidade e que a CML tivesse a possibilidade de licenciar a atividade, porque só assim pode controlar e definir prioridades para o que pretende no centro da cidade, neste caso na Baixa.

A Presidente da 7ª Comissão agradeceu as intervenções e disse que concordava com a exclusão do Licenciamento Zero da zona da Baixa, porque assim evitava-se ter porta sim porta não daquelas lojas de souvenirs, de objetos falsos de azulejaria e de cortiça que só dão mau aspeto e distorce o que de bom artesanato se faz em Portugal.

Frisou que o que se está a tentar fazer neste momento é a tentar arranjar soluções para agora, em tempos de pandemia, e não um plano para 20 anos como foi o programa de revitalização da Baixa em 2006. É uma tentativa que a Baixa não morra e que as pessoas não percam o hábito de ir à Baixa passear e fazer as suas compras.

Propôs que se ouvisse o presidente de Junta de Santa Maria Maior, Miguel Coelho numa próxima reunião e pediu aos deputados que enviassem por escrito, contributos para as recomendações.

2.2.1. Conclusões

Da reunião conjunta da 2ª e 7ª comissão de dia 9 de abril concluiu-se que todos os Intervenientes neste debate foram unânimes em considerar que a Baixa-Chiado ao longo do tempo foi perdendo Residentes, substituídos nos últimos anos por Turistas, está em risco pós pandemia de entrar numa grave crise que pode levar ao desemprego, ao encerramento de comércio, ao desaparecimento de Lojas com História e a caminhar para a desertificação ao ter perdido residentes e agora Turistas. A situação é grave sob o ponto de vista social, histórico, cultural, patrimonial e económico.

É, pois, preciso que a Câmara de Lisboa tome medidas urgentes e incentive o Governo a tomar outras, não só para corrigir erros do passado recente que levaram a uma quase gentrificação, à falta de habitação acessível, ao excesso de habitação temporária de curta duração e ao comércio pouco diversificado, fruto do Licenciamento Zero.

As Recomendações que reunimos destinam-se a minorar os efeitos da crise, devolver vida ao Centro, atraindo os Lisboaetas e corrigir os efeitos de certas medidas que se provou serem nocivas e preparando a Cidade para a retoma em novos moldes na linha de desenvolvimento sustentável.

2.2.2. Recomendações

- 1-Promover uma reflexão sobre o Centro Histórico tendo em conta a Habitação, o Comércio, o Turismo, o Património Cultural, os Transportes e a Qualidade de Vida a exemplo do que foi feito em 2006.
- 2-Excluir a Baixa-Chiado do Licenciamento Zero
- 3-Promover habitação a custos controlados
- 4-Selecionar edifícios públicos para Residências de Estudantes
- 5-Reorganizar o espaço público em função dos Lisboaetas e repensar o povoamento sustentável
- 6-Reavaliar as taxas de saneamento cobradas aos Comerciantes
- 7-Flexibilização do pagamento do IVA e da Segurança Social
- 8-Apoios com montantes alargados no âmbito e no tempo
- 9-Campanha de promoção da Baixa-Chiado através da conjugação Cultura-Comercio associados ao transporte leve recentemente renovado e à animação com pequenos eventos e artistas de rua, com um mote como "Viva a Baixa" ou "Vamos Voltar à Baixa"
- 10- Prosseguir os trabalhos para apresentação da candidatura de "Lisboa Histórica, Cidade Global" na categoria Paisagem Urbana Histórica do Património Mundial da Unesco.

2.3. Reunião de dia 3 de maio de 2021 com a Audição dos Presidentes de Junta da Misericórdia, Carla Madeira e o Presidente de Junta de Santa Maria Maior, Miguel Coelho.

O **Presidente da 2ª Comissão, Rui Paulo Figueiredo**, iniciou o seu discurso introduzindo o tema, dizendo que esta audição vem na linha da audição que já tinha sido feita pela ADBP – Associação Dinamizadora da Baixa Pombalina e do debate profundo que a comissão já fez com várias ideias, propostas e sugestões e referiu que a Deputada Simonetta Luz Afonso será a relatora deste assunto.

A **Presidente de Junta da Misericórdia, Carla Madeira**, que iniciou a sua intervenção dizendo que como é membro da 2ª Comissão já tinha tido oportunidade de expressar a sua opinião sobre os problemas do comércio, e que na sua Freguesia apanha apenas um pouco do Chiado e a sua envolvente e, portanto, seria muito breve na sua intervenção.

Começou dizendo que não iria falar da situação do comércio diurno nem noturno uma vez que já tem sido longamente debatido, mas que iria falar sobre duas reflexões que têm vindo a ser muito faladas por nós, mas não é dada a suficiente atenção, mas que acha que é importante falar destes temas.

O primeiro ponto seria a revogação do Licenciamento Zero, uma vez que podemos discutir muito, mas se não dermos à câmara mecanismos para poder escolher que tipo de comércio quer naquela zona, nada poderá ser feito sobre esse assunto. Disse que o Licenciamento Zero é uma medida muito positiva para a economia e para o resto do país, mas para o sector da restauração e na cidade de Lisboa tem sido gravosa em muitos níveis e tirou completamente a possibilidade de podermos controlar o tipo de comércio que nasce na cidade. À medida que o turismo ia crescendo e o número de visitantes ia crescendo, a restauração foi aumentando. O comércio local foi desaparecendo a pouco e pouco e cada mercearia que fechava era uma loja de conveniência que abria ou um café ou um bar. O que levou a muito do comércio que temos seja sobretudo de restauração e sem turismo ficam vazios. Em simultâneo, disse que se foi perdendo moradores devido à lei do arrendamento e ao descontrolo do alojamento local, à falta de regulamentação, portanto cada conjunto de moradores que saía era uma unidade de alojamento local que vinha para o território.

Referiu que neste momento os alojamentos locais estão vazios, não há turistas na cidade e temos o comércio local às moscas por não haver moradores para frequentar o comércio e o dinamizar. Repetiu que é importante voltar a ter mecanismos que permitam definir o tipo de comércio que temos e que queremos, ou seja, variados.

O outro ponto que referiu que pretende que se mantenha é a proibição de consumo de álcool na rua à noite, ou seja podem consumir dentro dos estabelecimentos ou esplanadas, mas não podem ir para as imediações consumir álcool à noite. Disse que enquanto for autarca irá sempre lembrar porque entende que é importante, não só para travar comércio que não lhes interessa que são os típicos comércios de vãos de escada que mais nada fazem senão vender álcool para a via pública. E isto é o que faz com que certas zonas da cidade tenham deixado de ser zonas habitáveis e com qualidade de vida, sendo que este tipo de comércio é o que destrói o outro tipo de comércio que investem que querem trazer uma mais-valia para o espaço para onde vêm.

Em relação a tudo o resto está a haver um esforço muito grande aumentar, na medida do possível a criação de novas esplanadas e alargar as existentes. No caso da Misericórdia procura-se aumentar os lugares de esplanada desde que não se elimine lugares de estacionamento, uma vez que são recursos escassos. Embora seja das maiores queixas dos comerciantes, no entanto a gestão pública é também este gerir de expectativas e, portanto, não podem alguma eliminar estacionamento para não prejudicar os moradores. Disse que atualmente tem os licenciamentos de esplanadas extraordinárias semanalmente ou quinzenalmente, para que se houver abusos possam retirar as licenças.

O Presidente de Santa Maria Maior, o deputado Miguel Coelho começou por dizer que subscreve inteiramente a posição da Presidente da Misericórdia, Carla Madeira em relação ao Licenciamento Zero, pois é de facto uma lei inimiga do bom ambiente e da qualidade de vida dos grandes centros urbanos sobretudo os que têm um centro histórico muito desenvolvido.

Aproveitou para informar que acabaram de publicar nas redes sociais da Junta o resultado de um Fórum intitulado “Fórum Santa Maria Maior”¹, que elaboraram sob a coordenação do Prof. de João Seixas, cujo tema foi, “Que futuro para o centro histórico”. Julga ser útil para a reflexão de todos inclusive do relator destas futuras recomendações.

¹ Em Anexo

Disse que julga que para além do que está aqui em objeto de análise agora, pensa que esta pandemia e os efeitos perversos que ela trouxe, traz também uma janela de oportunidade. Ou seja, a oportunidade de podermos reconstruir, aprendendo com os erros do passado e porventura tentar criar aqui um novo paradigma do centro histórico de Lisboa. A primeira lição que se tira daqui é que não podemos assentar um modelo de desenvolvimento que assente só numa única atividade económica, neste caso o turismo. Afirmou que acabou o turismo e começaram a ter desemprego em massa, falências, porque não serão recuperáveis no curto espaço de tempo. Verificou nos últimos meses que os restaurantes no meio dos bairros que de sua maioria tinham clientela dos moradores resistiram melhor do que grandes investidores na Rua Augusta que numa semana só tinham vendido 5 cafés.

No que toca a habitação afirmou que sem residentes que deem consistência ao território, autenticidade, corpo e alma e que também frequência o comércio local e isto cai tudo por água abaixo.

Referiu que obviamente que em relação ao álcool à noite destrói a qualidade de vida das pessoas e é a favor da proibição, mas vai mais longe e acha que os locais noturnos devem encerrar às 23hs e ao fim de semana às 24h.

No que toca às lojas de conveniência disse que são “um cancro” na cidade, porque mesmo encerradas continuam a vender álcool pra rua, estão de porta fechada e luzes apagadas, mas mal batem à porta abrem. Há que haver mais fiscalização! Disse que estão todas catalogadas como mercearias, no entanto o seu principal negócio é venda de bebidas alcoólicas à noite.

No que toca ao Ruído é uma competência própria das juntas às quais a câmara nunca foi muito clara em passá-las e, portanto, exercem em duplicidade com a câmara. Lamentou e disse que tudo isto favorece a desertificação do território, referindo que tem fenómenos de novos residentes a irem embora porque estão a sofrer de uma espécie de “*bairroaltização*” aqui dos bairros em Santa Maria Maior. Uma vez que os filhos vão para o Bairro Alto beber copos, no entanto ninguém quer um Bairro Alto à porta de sua casa.

Continuou dizendo que é preciso segurar as lojas com História, porventura criar programas que não permitam que alguns proprietários gananciosos, não obstante da crise, se estejam a aproveitar e a aumentar as rendas do comércio. Tem que se diversificar, trazer indústrias criativas, cluster muito fortes de atividades tradicionais e não só, por exemplo das novas tecnologias e polos universitários. Afirmou que não se pode tentar recuperar o centro histórico à conta do Turismo, até porque os dados apontam que o turismo vai demorar tempo a revitalizar e se calhar tem que se equacionar se o modelo que queremos é



o de massas, como tem sido, ou um turismo mais sustentável e de mais qualidade que não implique a perda financeira, mas melhore um bocado a qualidade de vida das pessoas.

Disse que há muito tempo que defende que o alojamento local deveria estar condicionado em toda a cidade e não só no centro histórico, entende que as pessoas têm que ser protegidas nas suas habitações e entendem também que o papel das Juntas de Freguesia nos licenciamentos das atividades têm que ser também consultivo porque até aqui não o foi.

Referiu que nas esplanadas também seguem o mesmo critério que não trocam estacionamento por esplanadas, mas a decisão que a CML tomou, retificado pela Assembleia Municipal de considerar que é possível retirar estacionamento para pôr esplanadas criou situações de pressão enorme inadmissível, às vezes até violenta.

Disse que a sensação que tem tido é que está tudo desejoso por recomeçar, mas que ainda não se parou um pouco para se pensar em como vão recomeçar, mas esta reflexão tem que ser alargada. Considera que se estão a fazer muitas medidas incentivadoras do comércio, o Lisboa Protege disse que já o estavam a praticar na Freguesia, numa escala muito mais limitada. Agora, graças à intervenção da câmara de uma forma mais universal, disse que têm tido muitas formas criativas de tentar apoiar o comércio local.

Repetiu que agora temos a oportunidade de corrigirmos algumas assimetrias, designadamente ao nível da habitação, ao nível de atração de atividades comerciais e outras para o centro histórico e ao nível de oferta turista, tentando elevar a qualidade de pra quem se destina uma vez que o Alojamento local é demasiado massificador e, portanto, traz grandes problemas ao seu território.

O Presidente da 2ª Comissão agradeceu aos oradores e aproveitou para referir que tinha aproveitado e ido ver as conclusões do Fórum Santa Maria Maior e deu os Parabéns ao Presidente da Junta, na pessoa do Miguel Coelho a todos os intervenientes. Aproveitou para questionar sobre estas conclusões, referindo que as comissões têm trabalhado a dois níveis, o nível da emergência onde têm feito audições, diagnósticos e sugestões para ir progressivamente melhorando, e a câmara tem correspondido a isso, porque tem feito sucessivos aperfeiçoamentos, alargamentos e dotação de mais verbas no âmbito do Lisboa Protege e ao mesmo tempo, como os oradores focaram e bem, e a pensar num pouco mais além na matéria da recuperação. Assim sendo gostava de os ouvir sobre a matéria da habitação, como é que se pode inverter e recuperar habitantes pra a Baixa. Se existem ideias e propostas das Freguesias e ao mesmo tempo que perceção têm desde inicial arranque do tecido comercial desta zona.

A Presidente da 7ª Comissão agradeceu a presença dos dois e começou por dizer que foi muito interessante ouvi-los, pois, este trabalho foi começado em pleno confinamento e neste momento já estamos em fase de repensar o pós pandemia, portanto, todas as sugestões que hoje trouxeram são precisamente nesse sentido pois espera que a pandemia não volte e temos de tentar de reconstruir este tecido social, económico e cultural da Baixa, no fundo o coração de Lisboa. Apesar do que já está a ser feito pela CML, conjugando alguns artistas nas montras das Lojas com história, ou que no Dia da Mãe chamaram uma série de VIPs para irem à Baixa, sabemos que não podemos depender só dos turistas e temos de arranjar espaço para que os portugueses regressem à Baixa. Nesse sentido pensa que se tem que juntar o comércio com a cultura, as igrejas, o Teatro São Carlos, os museus, o património da misericórdia que deveria ser implementada porque ajudaria a alavancar também o comércio. Reitera que a economia e a cultura têm de andar de braço dado porque são complementares, o que leva as pessoas a sair de casa. Pensa que deve haver uma grande campanha com atividades, por exemplo com artistas de rua. Gostava de os ouvir sobre isso e se têm algumas ideias sobre o assunto.

O deputado Rui Costa (IND), aderiu sumariamente ao que foi dito e em termos genéricos queria apenas deixar um alerta em relação ao Licenciamento Zero que foi aqui expresso como algo a rever. Relembrou que o Licenciamento Zero é uma Lei que decorre de uma diretiva de serviços da União Europeia, que obrigou a uma simplificação dos procedimentos para o exercício das atividades económicas e que o seu recuo terá de ser por via legislativa, tem de ser justificada por ponderosas e sérias razões de ordem pública, portanto é muito difícil. Alertou que qualquer iniciativa destas comissões ou da Assembleia Municipal com vista à revisão do Licenciamento Zero, deve ser muito bem fundada e enquadrada naquilo que é a diretiva de serviços da comissão europeia e do conselho. Mesmo o estado português, não tem uma total liberdade com formação legislativa neste campo. Disse que para que possa ter sucesso uma eventual pretensão neste sentido é necessário identificar os problemas muito a fundo, invocar razões de ordem pública e saúde pública para que possa haver um retrocesso ou aligeirar das facilidades ao nível do Licenciamento Zero, fez-se no alojamento Local, mas a muito custo.

A Presidente da 7ª Comissão retorquiu que acha que não compete aos deputados esse tipo de trabalho. Julga que a AML aconselha o governo que o faça, e o governo, se assim o entender, é que tem os técnicos que possam justificar essa alteração.

A deputada Margarida Martins (PS) invocou que no tempo do Vereador Duarte Cordeiro foi feito um regulamento dos horários em que as lojas de conveniência não poderiam estar abertas depois das 20hs.



O Presidente de Santa Maria Maior, Miguel Coelho, percebe que pode haver dificuldades jurídicas no Licenciamento Zero e assim sendo, julga que a Carla Madeira, subscreve que se diga que estes dois Presidentes de Junta recomendam o fim do Licenciamento Zero nas suas Freguesias, para que possamos ter uma cidade decente, uma cidade amiga, com que nos possamos orgulhar e até se queremos recuperar o desidrato de levar a Baixa a património Cultural e Imaterial da Humanidade o que implica que ele não se aplique aqui. Havendo vontade política, consegue fazer-se.

Respondendo ao Rui Paulo Figueiredo disse que na habitação os poderes públicos e políticos sempre pensaram na habitação como o grande investimento, teve uma época e deu-se conta do recado, o que se tem agora é um novo tipo de problema, que é a classe média-baixa e ainda alguns casos do limiar de pobreza que têm de ser tratados agora. Construir pra daqui a 6 anos não resolve. Pessoas que se vejam forçadas a ficar sem rendimento não podem ser despejadas, tem que haver uma resposta e o proprietário terá de ter uma compensação fiscal se aderir às respostas. Não pode haver medo das isenções, porque o fim ao cabo os proprietários substituem-se ao estado e têm um papel social. Disse que no documento do Fórum Santa Maria Maior foi dedicado alguma atenção a esse debate.

Disse que a nossa Câmara tem de ser mais ousada e falou no direito de preferência de alguns prédios que são vítimas de especulação imobiliária, tem que ser usado pelo poder municipal sob pena de perdermos a autenticidade dos Bairros. Aproveitou para dizer que as Freguesias têm de ter mais competências em matérias de habitação, no que toca à reabilitação do património da Câmara era bem mais fácil ser as Juntas a fazê-lo com delegações de competências prédio a prédio por ajuste direto em vez dos concursos que demoram uma eternidade. Por outro lado, referiu a qualidade de vida, porque ninguém vai viver para um centro histórico se não tiver o mínimo de qualidade de vida, o problema aqui é à noite, o barulho, os copos, a embriaguez, foguetes, os dejetos na rua, a falta de estacionamento a falta de escolas, etc. Disse que o problema da habitação é um problema complexo que tem de ser resolvido por todas as entidades, Assembleia da República, Governo, Câmaras e as Juntas de Freguesia, porque se não trabalharem todos para o mesmo lado não vai ser fácil.

No que toca ao comércio disse que tem de ser qualidade, que concorda com a ligação à cultura, mas foi mais à frente e referiu que se tem de trazer algum comércio que só se encontra aqui, por exemplo, novas indústrias, gostava de ter a Rua dos Douradores dedicada inteiramente aos artesãos, mas que isto implica que o Município tome conta das lojas. Disse que há que ter a capacidade de atrair alguns Clusters que levem as pessoas a procurá-los.



Acredita que a dinamização não pode assentar só numa atividade comercial, a restauração tem sido importante, mas disse que não se pode cair no erro de achar que isto se vai revitalizar só à conta da restauração.

É verdade que se precisa de Turistas, no entanto gostava de saber melhor os dados estatísticos pois ainda não percebeu muito bem as vantagens de se ter o terminal de cruzeiros no centro histórico, um turista que está aqui 8 horas não vê muitas vantagens económicas.

Termina dizendo que acha que agora há que ter coragem e vontade de política para se pensar nestas questões todas e aproveitar uma crise profunda, terrível para corrigir o que tem de ser corrigido.

A Presidente da Misericórdia, Carla Madeira concordou, naturalmente, com tudo o que foi dito pelo Presidente Miguel Coelho, apenas reforçou algumas questões, começando pelo Licenciamento Zero, percebendo que não há uma solução jurídica fácil, mas tem que se começar por algum lado, se é mau para os objetivos que se tem para o centro da cidade então, é preciso perceber o que é preciso fazer para se chegar lá.

Quanto ao que foi dito pela Deputada Margarida Martins, sobre os regulamentos dos horários, permitiu definir uma série de período de horários para as lojas de conveniência fecharem às 22h e os Bares às 2h, no entanto esse regulamento não nos permite dizer que não queremos mais do que X lojas de conveniência numa rua. Disse também que não é digno que os nossos turistas cheguem ao centro histórico e têm lojas de *souvenirs* por todo o lado, na maioria dos casos com muito pouca qualidade. Se queremos um comércio de qualidade e que dignifique a nossa cidade temos de ter algum controlo do que vendemos em cada uma delas, caso contrário a CML poderá começar a comprar lojas, o que resolveria parte do problema. Reitera que acabar com o Licenciamento era a melhor solução.

Disse que concorda que se deva pensar em outras formas de dinamizar o comércio com artistas de rua, com pequenas feiras, desde que sejam feitas em sintonia com os comerciantes e que não sejam vistas como um ataque ou algo concorrencial ao comércio que existe, e criar mais vídeos promocionais da Baixa.

Referiu que há muitos estabelecimentos comerciais que foram procurando adaptar-se a esta pandemia, há muitos que mudaram o CAE, como Bares que mudaram o CAE para poderem servir refeições, uns transformaram-se em Restaurantes à séria, outros vendem uns petiscos, acabam por ser Bares encapotados, mas o tempo o dirá.

No que diz respeito à habitação, a habitação nova tem a sua importância, mas demora tempo, a CML tem usado o seu património para construir habitação e no centro da cidade isso verifica-se timidamente, porque não existe muito património para reabilitar. Disse que vai nascer agora um conjunto habitacional no centro do Bairro Alto, porque era um parque de estacionamento, e depois de anos viu-se que não era viável para parque de estacionamento e, portanto, vai para renda acessível. A Câmara pode sempre comprar novo património, mas isso vai demorar sempre muito tempo. Em relação que existe disse que o grande problema é a habitação ser muito cara, é preciso criar medidas para o preço de habitação baixar e criar incentivos para os senhorios colocarem as suas casas no mercado de arrendamento. Deu o exemplo que o incentivo que a CML criou do programa de Renda segura, onde muitos dos proprietários de alojamento local podem arrendar os seus imóveis à Câmara para serem colocados no programa de renda acessível, mas não está a ter muita procura, no entanto se fossem colocados no mercado de arrendamento já era uma resposta importante que haveria para o agora.

Terminou dizendo que os Vistos Gold deveriam de acabar uma vez que é um dos fatores que fazem com que os preços continuem altos.

O Presidente da 2ª Comissão, o deputado Rui Paulo Figueiredo disse que o documento do Fórum de Santa Maria Maior ficará anexo à ata e convidou a Presidente Carla Madeira a enviar algum documento que queira também integrar na ata desta reunião.

2.3.1. Conclusões

Na audição de dia 9 de maio concluiu-se Presidentes de junta de Santa Maria Maior e da Misericórdia no dia 3 de maio de 2021 onde se concluiu-se:

Que os Presidentes das Juntas de Sta. Maria Maior e Misericórdia foram unânimes em considerar que devemos aproveitar a pandemia, apesar dos seus efeitos perversos, para corrigir alguns erros do passado, diminuir as assimetrias entre habitação, atividade comercial e oferta turística e criar um novo paradigma para Centro histórico de Lisboa.

O modelo de desenvolvimento não pode assentar numa única atividade económica, no caso vertente o Turismo, e a habitação não pode ser apenas dedicada a residentes temporários pois, sem residentes permanentes, não há coesão social e a economia e o comércio tendem a entrar em dificuldades quando há alterações supervenientes.

Se quisermos fixar residentes há que dar atenção à qualidade de vida deste território, ao comércio local, às Lojas com História, à diversidade do comércio e evitar o ruído noturno.

Revogar o licenciamento zero, regulamentar o Turismo de Habitação e criar uma justa medida de equilíbrio entre as habitações ocupadas por Residentes e pelo Alojamento Local.

Dada a gravidade da situação que se vive neste território, apesar dos apoios da CML, há que refletir sobre o Futuro pós pandemia, há que criar uma campanha concertada de publicidade e urge prosseguir a candidatura "Lisboa Histórica Cidade Global" na categoria "Paisagem Urbana Histórica" do Património Mundial da Unesco.

2.3.2. Recomendações

- 1-Revogação do Licenciamento Zero neste Território
- 2-Revogação dos Vistos Gold neste Território
- 3-Regulamentação do Alojamento Local
- 4-Fiscalização mais rigorosa dos horários praticados pelas Lojas de Conveniência
- 5-Proibição do consumo de álcool à noite nas ruas
- 6-Alargamento das esplanadas sem prejuízo do estacionamento
- 7-Atrair a instalação de indústrias criativas e novas tecnologias
- 8-Atrair novas atividades comerciais diversificando o comércio
- 9- Conceder Incentivos Fiscais a Senhorios que colocarem os imóveis no Programa Renda Acessível e praticarem arrendamentos de longa duração.
- 10- Instalar Residências de Estudantes
- 11-Prosseguir os trabalhos de apresentação da candidatura "Lisboa Histórica, Cidade Global" a Património Mundial da Unesco.
- 12-Promover uma campanha concertada de Publicidade cruzando Cultura, Comércio, Património, Espetáculos e Entretenimento para atrair novos Visitantes e novos Residentes

3. CONCLUSÕES FINAIS

Tendo em consideração a Audição da Associação de Dinamização da Baixa-Chiado, dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Santa Maria Maior e Misericórdia, bem como as intervenções e contributos dos Senhores Deputados Municipais da 2ª e 7ª Comissões podemos concluir que este Território terá de ser objeto de um tratamento diferenciado, como um caso especial, se quisermos corrigir no pós-pandemia erros do passado e realizar uma intervenção de fundo que lhe devolva a sua identidade, coesão e brilho.

A Baixa-Chiado constitui o coração da cidade antiga, que tem de ser defendido na sua integridade, quer pugnando pela qualidade de vida dos Residentes, que representam a cultura e o modo de vida típicos dos diferentes Bairros e são a maior barreira da gentrificação e da desertificação, quer impedindo a descaracterização e o desenraizamento dos habitantes, o que só pode ser realizado através de sólidas políticas públicas.

O tecido empresarial do Centro Histórico não pode ser monocromático, tem de ser diversificado, do comercio de luxo ao comercio de bairro, das lojas com História ao pequeno comercio representativo da sua multiculturalidade e que oferece experiências culturais e sensoriais diferentes e complementares.

Para além da fixação de Residentes é preciso atrair empresas tecnológicas ou de serviços de elevado valor acrescentado que valorizam territórios como a Baixa onde podem conviver habitantes permanentes, turistas e visitantes fruindo a excelência da qualidade de vida de bairro, onde Cultura, Património, Trabalho, Emprego, Atividades Económicas, Turismo, Lazer e Entretenimento convivem de forma equilibrada.

É preciso nesta fase aproveitar a janela de oportunidade gerada pela pandemia para refletir sobre o futuro da Baixa-Chiado e encontrar o justo equilíbrio entre Residentes e Turistas, Comercio Tradicional e Comercio de Luxo, Cultura e Lazer, Património Antigo e Criação Contemporânea, Industrias Criativas e Indústrias Tradicionais, Espaço Público e Ambiente, Transportes Públicos e Privados, Estacionamento e Esplanadas, Animação de Rua e Silêncio.

5. RECOMENDAÇÕES FINAIS

Da reflexão realizada durante as sessões, das sugestões e conclusões recolhidas, da experiência transmitida, as 2ª e 7ª Comissões de Economia e de Cultura entenderam pertinente, e por consenso, enumerar as seguintes recomendações à Câmara Municipal de Lisboa:

1. Promover uma reflexão sobre o futuro da Baixa-Chiado tendo em conta a problemática da Habitação, do Comercio, do Turismo, do Património e dos Transportes, a exemplo do que foi feito em 2006;
2. Repensar o repovoamento sustentável da zona da Baixa para minimizar a sua dependência do Turismo, criar um programa de Habitação a custos controlados, melhorar Incentivos Fiscais aos

Senhorios que adiram ao Programa "Renda Acessível" e pratiquem arrendamentos de longa duração e reorganizar o Espaço Público em função dos Residentes;

3. Aumentar os Apoios a Fundo Perdido no seu âmbito e extensão no tempo e isenção de Taxas e Impostos Municipais durante um ano.
4. Aferição da viabilidade de criação de parcerias entre Empresas que gerem o estacionamento, os Comerciantes e os Espaços Culturais por forma a reduzir os custos de estacionamento para os frequentadores de Espetáculos, Museus, Comércio, ou Restauração deste Território.
5. Aumentar a fiscalização dos horários praticados pelas Lojas de Conveniência e proibição de consumir bebidas na via pública para evitar o ruído noturno.
6. Atrair novas atividades económicas, empresas tecnológicas e de serviços de elevado valor acrescentado, promover o Turismo de Negócios e Investigação.
7. Organizar uma campanha de publicidade destinada a atrair Lisboa à Baixa, através de um Programa concertado de aspetos patrimoniais, históricos, culturais e de lazer e entretenimento como a Moda, as Compras, o Comércio, os Cafés, as Esplanadas, os Restaurantes, os Miradouros, o Espaço Público, as Lojas com História e associá-los a formas de transporte leve como as recém renovadas carreiras de elétrico.
8. Prosseguir os trabalhos para a conclusão e apresentação da candidatura de "Lisboa Histórica, Cidade Global" na categoria de "Paisagem Urbana Histórica" aceite na Lista Indicativa de Portugal a Património Mundial em 2016 em Cracóvia na 41ª Reunião da Unesco após aprovação por unanimidade em Reunião de Câmara em janeiro de 2016. Esta candidatura mais abrangente e mais flexível, substitui uma anterior de 2004 e integra o Território envolvido pela Cerca Fernandina com os núcleos antigos de Santa Clara, São Vicente, Mouraria, Bairro Alto e Mocambo e a Frente Ribeirinha entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia, incluindo os principais Miradouros da Cidade- Graça, Castelo, Santa Catarina, Campo de Santa Clara, São Pedro de Alcântara, Santa Luzia e Portas do Sol.

Igualmente por consenso, decidiram a 2ª e 7ª Comissão, de entre as sugestões e conclusões recolhidas, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que sensibilize o Governo para:

1. Selecionar alguns edifícios públicos neste território para integrar o Plano Nacional para o alojamento do Ensino Superior com o objetivo de revitalizar o Centro histórico.



2. Proceder a uma revisão do Regime Jurídico do Licenciamento Zero, constante do Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, permitindo a criação pelos órgãos dos Municípios de áreas territoriais onde possa ser não aplicável o regime do licenciamento zero para todas ou algumas atividades, em nome do Direito ao Ambiente e Qualidade de Vida, consagrado no artigo 66º da Constituição da República Portuguesa e o Direito ao Habitat, consagrado no Artº 14º da Lei de Bases da Habitação.
3. Ponderar a manutenção da flexibilização do pagamento do IVA aos comerciantes deste território.
4. Manter a Regulamentação do alojamento Local.
5. Facilitar a instalação e sedes de Organizações Internacionais neste território.

O presente Relatório foi aprovado por unanimidade.

Assembleia Municipal Lisboa, 20 de Maio de 2021

A Relatora e Presidente da 7ª Comissão

Simonetta Luz Afonso

O Presidente da 2ª Comissão

Rui Paulo Figueiredo